

“AUSTERIDADE FISCAL” FRAGILIZA O ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Maurício Hashizume
Jornalista



*O orçamento português de 2012 destinou a todo o setor da educação somente 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), a menor proporção entre todos os países da União Europeia. Em 2011, o aporte luso já havia recuado de 5% para 4,7% do PIB. Por conta dos cortes, investimentos educacionais da ordem de € 2,3 bilhões (cerca de R\$ 5,9 bilhões) deixaram de ser feitos apenas nos dois últimos anos. A medida faz parte do pacote de austeridade e contenção do déficit das contas públicas, negociado com a chamada **troika** — Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI*

Quando as naus comandadas por Pedro Álvares Cabral aportaram no Brasil, em 1500, a Universidade de Coimbra completava já exatos 210 anos de fundação. Com mais de sete séculos de atividade, toda a tradição e longevidade das instituições portuguesas de ensino superior — e todas as pessoas e projetos que fazem parte do sistema de educação universitária — vêm sofrendo um conjunto pesado de pressões e precarizações diante da crise que esgarça a vida cotidiana no Velho Continente, em especial nos países periféricos da cada vez mais ilusória “União Europeia” (UE).

O orçamento do Estado do governo português de 2012 destinou a todo o setor da educação somente 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), que vem a ser a menor proporção entre todos os países da UE, mantenedores de uma média de 5,5% do PIB. Em 2011, o aporte luso já havia recuado de 5% para o patamar de 4,7% do PIB. Por conta dos cortes, investimentos educacionais da ordem de € 2,3 bilhões (cerca de R\$ 5,9 bilhões) deixaram de ser feitos apenas nos dois últimos anos.

O próprio Ministério da Educação e Ciência (MEC) confirma que a redução do orçamento anual para o ensino superior será de € 100 milhões, o que equivale a R\$ 260 milhões. A medida faz parte do pacote de austeridade e contenção do déficit das contas públicas, um dos itens do chamado Programa de Assistência Econômica e Financeira (PAEF), — operação de “resgate” da dívida financeira lusitana firmada junto à temida *troika*, formada

pela Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), entidade que reúne docentes de todos os níveis escolares que têm condenado a postura governamental em continuadas mobilizações sociais e organizando vários abaixo-assinados, os cortes “obrigam à aplicação de medidas que atacam a qualidade do ensino, desvalorizam o trabalho e as condições de exercício profissional dos docentes e colocam grandes dificuldades à afirmação e reforço da escola pública”.

As restrições se refletem em diversas situações práticas que, ainda segundo a Fenprof, demonstram a fragilização do setor, como o agravamento do desemprego docente (que aumentou 225% nos últimos dois anos), a piora das condições de trabalho (com a intensificação das jornadas de trabalho e a perversão de funções), e o encolhimento das remunerações (com reduções salariais e congelamento das carreiras).

Este último item foi particularmente agravado pelos cortes de dois tipos de bônus salariais (um de final de ano, equivalente ao 13º salário no Brasil, e outro de férias, que afetou todo o funcionalismo público), associados ao aumento de impostos de diversos níveis e espécies. “São diversas as formas de precarização das condições de trabalho, como as tentativas de mudanças de normas para duplicar a carga letiva de docentes universitários, e está atingindo níveis históricos”, exemplifica Luís Lobo, da Fenprof.

Os cortes implicam um alarmante encolhimento médio de 25% em relação aos vencimentos de 2010. E docentes e pesquisadores do ensino superior viram ainda as suas carreiras “bloqueadas”. Professores com doutorado, por exemplo, não têm sido alçados ao nível que deveriam ocupar, ou seja: não estão recebendo de forma devida

Cálculos feitos pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), entidade específica de representação de mais de 36 mil professores e pesquisadores de universidades e institutos politécnicos, demonstram que, em termos reais, os cortes implicaram um alarmante encolhimento médio de 25% em relação aos vencimentos de 2010.

Para completar, os docentes e pesquisadores do ensino superior viram ainda as suas carreiras “bloqueadas”: professores com doutorado, por exemplo, não têm sido alçados ao nível que deveriam ocupar, ou seja, não estão recebendo de forma devida; além de sofrerem suspensão completa das progressões remuneratórias desde 2011 e condicionamento orçamentário para a abertura de novos concursos (não podendo as instituições au-

mentar a massa salarial acima do valor no final de 2011).

“Diminuir as condições de trabalho dos profissionais do ensino superior é diminuir o próprio ensino superior e a ciência. A qualidade do ensino e da investigação está neste momento em causa”, destaca António Vicente, presidente do SNESup. Trata-se, nas palavras dele, de “um condicionamento do presente que influencia o futuro”. “Desinvestir no ensino superior é, naturalmente, colocar em segundo plano o futuro do país, a qualificação das futuras gerações”.

O almejado caminho do diálogo vem sendo sistematicamente descartado pelo MEC, conforme acusações do SNESup. Diante disso, a entidade vem optando pela via das contestações judiciais. Tanto os cortes nos vencimentos como os bloqueios na carreira estão aguardando um parecer do Judiciário português. Além disso, o sindicato formulou e apresentou propostas de alterações de estatutos de carreira (visando corrigir dúvidas e superar problemas), assim como propôs acordos coletivos.

Questionada pela *Revista Adusp* acerca das críticas e dos descontentamentos por parte de professores e funcionários das universidades, a assessoria de imprensa da pasta limitou-se a declarar que “face a uma situação muito difícil, o MEC deseja preservar tanto quanto possível a qualidade do ensino superior, trabalhando para isentar as instituições de cativações e reservas orçamentais, bem como de regras de execução orçamental que dificultem a obtenção e a utilização de receitas próprias”.

O cenário desanimador assume

contornos ainda mais dramáticos quando se enfoca a condição preocupante enfrentada pelos alunos. Multiplicam-se os casos de estudantes que se veem obrigados a abandonar os estudos — seja em nível de graduação (1º Ciclo), mestrado (2º Ciclo) e até doutorado (3º Ciclo) — por conta de dificuldades econômicas. Estimativas feitas pelas associações acadêmicas das maiores universidades do país dão conta de que, aos cerca de 6 mil universitários que desistiram de continuar estudando em 2011, somaram-se outros 3 mil que tiveram de abandonar as salas de aula apenas nos três primeiros meses deste ano.

Mais de 26 mil bolsas foram cortadas. Há queixas também quanto ao valor dessas bolsas. Em média, cada aluno recebe € 1.825 anuais. Descontado o pagamento da anuidade obrigatória (€ 1.030), restam apenas cerca de € 80 por mês de aulas, quantia que mal paga os custos da refeição nas cantinas estudantis

Uma pesquisa realizada em 2008 estimou que o gasto anual de um estudante da Universidade de Coimbra (UC) — não só a mais antiga, mas também uma das maiores universidades do país —

atinge a marca de € 5 mil por ano. Com a corrosão da renda familiar e o aperto tributário, essa quantia se tornou praticamente “insuportável”, como define Fabian Figueiredo, mestrando em Sociologia na Faculdade de Economia da UC. Ele e outros militantes do partido do qual faz parte, o Bloco de Esquerda (BE), mantêm no ar um site (www.perdiabolsa.com) que divulga notícias sobre o quadro de empobrecimento e carências que afeta a vida universitária e compila testemunhos de pessoas que enfrentam sérias dificuldades com a falta de suporte para a continuidade da vida estudantil. Algumas delas fazem parte do contingente dos já citados milhares de estudantes que literalmente interromperam o sonho da formação universitária.

No último mês de abril, o governo comandado pelo Partido Social Democrata e Centro Democrático Social (PSD/CDS) apresentou dados referentes às bolsas de ação social escolar no ensino superior público que revelaram uma redução drástica de 65,7 mil, no período de 2010/2011, para 50,1 mil, em 2011/2012, isto é, um corte efetivo de 15,6 mil apoios. Somada ao conjunto de outras 11 mil bolsas que deixaram de ser pagas na transição anterior (de 2009/2010 para 2010/2011), a diminuição determinou a supressão do suporte de aproximadamente 26,6 mil universitários.

Há queixas também com relação ao valor dessas bolsas. Em média, cada aluno recebe € 1.825 anuais. Descontado o pagamento da anuidade obrigatória (€ 1.030), que em Portugal recebe uma denominação que soa particularmente desastrosa



Mais bolsas, pede a pichação na escadaria da Universidade de Coimbra

aos brasileiros: “propina”, restam apenas cerca de € 80 por mês de aulas. Divididos pelos dias do ano letivo, os recursos são insuficientes sequer para pagar os custos de alimentação nas “cantinas” estudantis mantidas pelas universidades públicas, que cobram € 2,40 por refeição. Isso sem contar moradia, livros, transporte etc.

Figueiredo e outros membros da coordenadora nacional de estudantes do Bloco de Esquerda pretendem juntar os depoimentos registrados no site e constituir propostas no sentido de tentar reverter o sufoco que se abate sobre a população universitária. Também a Juventude do Partido Comunista (PCP) defende um projeto de lei protocolado pelos parlamentares da agremiação política que visa o aumento tanto do

valor real das bolsas de estudo como do número de estudantes contemplados, com priorização justamente para os de família com menor renda líquida *per capita*.

O risco de novos aumentos das ditas “propinas” — que sofreram um brutal reajuste de cerca de € 300 para € 1.000 no início dos anos 2000, também num governo de centro-direita do PSD — permanecem como um fantasma a assombrar os estudantes. Esses recursos que pretensamente deveriam servir apenas para investimentos extraordinários no setor estão sendo cada vez mais canalizados para o custeio dos gastos correntes, instalando a lógica da gestão privada em instituições públicas. O elevado índice de atrasos na quitação das parcelas das anuidades é um sinal

claro da incapacidade de pagamento dos alunos. Algumas universidades (em apenas três, deixaram de entrar € 3,6 milhões) declararam o intuito de avançar em penhoras e até de anular as licenciaturas de inadimplentes.

Segundo projeções feitas em 2008, as dívidas estudantis no mercado financeiro, na linha do modelo defendido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atingiam outros € 12 milhões. Tais sinalizações de insuficiência econômica despertaram manifestações públicas de apreensão e repúdio desde o Serviço Nacional da Pastoral do Ensino Superior, ligado à Igreja Católica, até a União Europeia de Estudantes (ESU, na sigla em Inglês).



Tiago Martins, da AAC

A Associação Acadêmica de Coimbra (AAC) critica o caráter regressivo das bolsas, mas também as “políticas econômicas de fundo”. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram altas taxas de desemprego: 36% entre jovens com menos de 25 anos (1º trimestre de 2012)

Fundada em 1887, a Associação Acadêmica de Coimbra (AAC) ocupa posição institucional de centralidade na representação dos mais de 20 mil estudantes vinculados à UC. Tiago Estêvão Martins, coordenador geral de política educativa da AAC, sustenta que a gestão atual, que assumiu a enti-

REELITIZAÇÃO ESTÁ ASSOC

A crise vem sendo utilizada para que as classes sociais populares e menos favorecidas de Portugal “sejam recolocadas em seu devido lugar”, opina o professor de Sociologia e pesquisador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), José Manuel Mendes. Nas três últimas décadas, o acesso ao ensino superior e a consolidação do funcionalismo público propiciaram grande mobilidade social. Basta conferir a evolução espantosa dos 82 mil universitários contabilizados no início da década de 1980 para os atuais 402 mil registrados no ano letivo de 2010/2011, segundo dados do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do MEC. Pelo menos em termos de matrículas (ou seja, sem contar a enxurrada de abandonos dos últimos anos), 40% dos jovens portugueses com idade entre 18 e 24 anos estão no ensino superior.

As atuais pressões e constrangimentos impostos a docentes, funcionários e alunos do ensino superior se apresentam, para Mendes, como uma espécie de “vingança das elites” e fazem parte de um processo mais amplo de desregulação do setor, que veio se dando paralelamente à inclusão e expansão do acesso às universidades. Para o professor, que participou da fundação do SNESup em 1989, a configuração atual do setor e as dificuldades de reação, pe-

rante os seguidos anúncios de cortes, da categoria profissional da qual faz parte podem ser entendidos como resultado de um sofisticado, profundo e bem-sucedido rol de medidas de “engenharia social” adotadas por sucessivos governos desde o divisor de águas que deu início à desmobilização dos docentes por parte do poder: a desindexação salarial em relação aos vencimentos da magistratura, também promovida em 1989.

Abriu-se, por conseguinte, um fosso entre as duas carreiras de servidor público que culminou na ilustrativa diferença que se verifica no presente: um juiz ganha o dobro de um professor universitário. Mendes recorda que essa e outras políticas combinadas (como o fomento e ampliação de instituições privadas e a adoção de sistemas de progressão na carreira com base no “mérito individual”) foram aplicadas com vistas a enfraquecer e criminalizar a organização coletiva dos professores que, principalmente a partir da abertura democrática propiciada pela Revolução dos Cravos (em 25 de abril de 1974), vinha se fortalecendo e ganhando terreno.

O alargamento do ensino superior nos anos 1980 triplicou o recrutamento de professores, principalmente para lecionar na graduação. A maioria (60%) não tinha doutorado, o que acabou favorecendo, naquela época, os sentimentos de horizontalidade e solidariedade de

IADA A PROCESSO AMPLO DE DESREGULAÇÃO

Maurício Hashizume



Professor José Manuel Mendes

“classe” e, ao mesmo tempo, dando mais densidade aos protestos.

O principal receio com relação ao “Processo de Bolonha” reside nos possíveis resultados desastrosos de um esforço de padronização indiscriminada dos diferentes sistemas de ensino superior, conforme um modelo de mercado. O espírito de “elogio ao privado” se expressa nas classificações fundadas em ratings

O surgimento de novas leis (como a da função pública, que fixa a saída de dois funcionários públicos do quadro como exigência para a contratação de um), combinadas com a mudança do perfil dos professores (os não doutorados passaram à faixa dos 10% a 15%), resultaram em uma reversão do quadro universitário. Para completar, foram adotadas métricas relativas à carga de trabalho e ao sistema de avaliação, entre outros quesitos funcionais, que vieram a sobrecarregar os docentes, juntamente com a implementação do Processo de Bolonha — reforma da educação superior que busca estabelecer normas e padrões comuns para todas as instituições com base em declaração assinada pelos ministros da educação da UE em 1999, que criou também a Área de Educação Superior Europeia (EHEA, na sigla em Inglês).

O principal receio com relação ao processo reside nos possíveis resultados desastrosos de um esforço de padronização forçada e indiscriminada dos diferentes sistemas de ensino superior, subordinados a um modelo de mercado. O espírito de “elogio ao privado” contido na reforma se expressaria nas classificações fundadas em *ratings* (que, não por acaso, é alusivo ao *modus operandi* do sistema financeiro) e na mensuração da produção acadêmica privilegiadamente quantitativa. “Como esse ‘conceito de excelência’,

inspirado nas referências do MIT [Massachusetts Institute of Technology] e [Universidade de] Harvard, será verificado nas ciências sociais e humanas?”, questiona Mendes. Para o MEC, “não há razão para as dificuldades que Portugal vive afetarem o Processo de Bolonha”.

Na esteira de Bolonha, que define como regra a graduação em três anos, o mestrado em dois e o doutorado em outros três, os cursos de pós-graduação foram alçados a um posto de maior importância e se tornaram quase obrigatórios, inclusive com aulas nos finais de semana, desestruturando ainda mais o sentido de “classe” de quem ministra aulas. Paradoxalmente, o que se nota, porém, é o triunfo da apatia. “Eu quis fazer um piquete e fiquei sozinho. O medo está incorporado nas pessoas. O capital conseguiu desarmar as pessoas e passou o que quis. Tem agora liberdade total”, relata Mendes.

De acordo com ele, o desconto no salário referente a um dia de paralisação “custa” muito aos docentes. O receio de uma demissão pura e simples reforça o conformismo. O próprio Mendes ocupa há 12 anos o mesmo cargo, sem promoções. “Eu mesmo já internalizei isso e tenho que concentrar no que tenho. Isso é fatal [para a desmobilização]”. Na concepção do professor, o que está em jogo é o futuro da coisa pública, cujo último reduto é o ensino superior.

dade em 2012, também reprova o caráter regressivo das “propinas”, que poderia seguir critérios de faixas de cobranças diferenciadas conforme as condições socioeconômicas dos alunos.

Martins, que também é mes- trando (em Jornalismo da Faculdade de Letras da UC), acredita que a atitude do governo frente ao ensino superior é um “erro político não só para as universidades e estudantes, mas para o conjunto da sociedade e para o país”. Para ele, os problemas não são setoriais e têm a ver com “políticas econômicas de fundo”, visto que mesmo aqueles que conseguem concluir os cursos de graduação e pós-graduação não encontram postos no mercado de trabalho. Apenas um a cada 40 recém-formados ganha mais de € 800 (aproximadamente R\$ 2 mil) mensais. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram altas taxas de desemprego (14,9% ao final do 1º trimestre de 2012), particularmente entre jovens com menos de 25 anos de idade (impressionantes 36,1%, no mesmo período).

Diante desse panorama cinzento, a AAC elaborou um plano estratégico com ações reivindicativas de apelo midiático que buscam a adesão do conjunto maior da sociedade para as causas da entidade. Uma dessas ações foi realizada na partida final da Taça de Portugal, no dia 20 de maio, quando universitários/torcedores exibiram faixas condenando o preço das “propinas”, a política de contenção de bolsas de estudo e os altos índices de desemprego no Estádio

do Jamor, nos arredores da capital. Ao final do jogo, para delírio dos estudantes, a Acadêmica venceu o Sporting de Lisboa por 1 a 0 e comemorou, depois de 73 anos de jejum, o segundo título de sua história. O ato remeteu à crise de 1969, quando universitários/torcedores da mesma Acadêmica desafiaram o regime ditatorial do Estado Novo de Oliveira Salazar na mesma final da Taça de Portugal. Apesar dos incentivos corajosos e inspiradores emanados das arquibancadas, a equipe de Coimbra acabou perdendo o título para o Benfica, por 2 a 1, com um gol do idolatrado Eusébio, nos acréscimos.

É preciso, na perspectiva do grupo que está à frente da AAC, ter cuidado com os “excessos” no que diz respeito às manifestações massivas de rua, pois esse tipo de protesto “tradicional” pode gerar transtornos indesejáveis, dificultando a possível solidariedade advinda de outros segmentos sociais. A atual diretoria prefere intervenções capazes de atrair a cobertura midiática, potencialmente mais “inventivas”, como teriam sido a ocupação das “cantinas” (para que elas fossem abertas também nos finais de semana) e a instalação de um tapete vermelho das escadas monumentais da UC para simbolizar o processo de “re-elitização” (ver p. 92) do ensino superior. “Se não faz sentido investir no futuro, no que faz sentido investir?”, indaga Martins, que reitera o entendimento de que a promessa do governo de priorizar a educação vem sendo descumprida.

“Mas acreditamos que não existe apenas uma maneira única de

expressar a nossa insatisfação. Algumas alternativas podem inclusive ajudar a fixar mais a mensagem que queremos passar à sociedade”, argumenta Martins. Na visão dele, as agitações de massa que saem as ruas, como as organizadas pelos “indignados” da Espanha, tendem a ser confrontadas por um aparato de poder previamente muito bem preparado. Além disso, ele ressalta a referência de que a taxa de aceitação da austeridade em Portugal é “acima da média” se comparada a outros países europeus periféricos. “Dizemos sempre que não somos ‘contra’ as coisas, mas ‘por’ algo”.

Integrante de outra chapa preterida no pleito eleitoral pelo comando da AAC, Figueiredo contesta a posição adotada pela direção da entidade. A postura momentânea de relativa passividade frente à gravidade do contexto de desestruturação e ataque aos direitos historicamente conquistados poderá, em breve, passar para o estágio bem mais explosivo de revoltas e convulsões sociais. “A expectativa de que as coisas poderiam melhorar com o ‘aperto do cinto’ das políticas da austeridade está se esvaindo. Tudo tem limite. As pessoas estão sufocadas”, descreve o estudante. O risco de reações autoritárias por parte das forças estatais pode corroborar para tornar as tensões ainda mais agudas. “A perspectiva do progresso e de um futuro melhor são fundamentos da estabilidade. Está ficando cada vez mais evidente que a próxima geração terá uma vida pior que a dos seus pais”.